
A transformação do trabalho dos jornalistas: um estudo quantitativo introdutório¹

Diogo Mendonça LEITE²
Vitor Souza Lima BLOTTA³
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

As novas formas midiáticas transformaram o jornalismo, impactando as condições de trabalho dos jornalistas. A partir de uma revisão bibliográfica, este estudo reuniu uma lista de seis indicadores desse impacto, e analisou-os estatisticamente com dados de todo o país de 1985 a 2021. Concluiu-se que: o aumento de vínculos precários é claro, mas houve uma queda na última década; o aumento da carga horária ocorreu, mas a tendência atual é de queda; a diminuição dos salários é o evento mais evidente, e segue até hoje; o “rejuvenescimento” da profissão aconteceu, mas a tendência está sendo revertida; o acúmulo de funções não foi conclusivamente detectado; a migração para a assessoria de imprensa ocorreu e ainda segue. Em linhas gerais, as tendências se reverteram após 2010, ano do fim da obrigatoriedade do diploma na profissão. Estudos com dados sobre *freelancers* poderão dimensionar melhor as tendências do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Precarização; RAIS; Mercado de Trabalho; Economia.

TEXTO DO TRABALHO

1- Introdução

Ana Carolina Maranhão (2014) afirma que o advento das chamadas TICs, Tecnologias da Informação e Comunicação, foi o catalisador de um grande processo de mudanças estruturais no jornalismo. As redes sociais, a internet e as novas formas midiáticas transformaram a profissão, impactando especialmente as condições de trabalho dos jornalistas.

Pesquisas sobre o tema (ver FIGARO, 2014; NICOLETTI, 2018, 2019; NICOLETTI e THIBES, 2017; LIMA et al., 2022; LEVY & NIELSEN, 2010 e FIGARO & NONATO, 2017) convergem especialmente em afirmar que se abatem sobre o ofício jornalístico 1) o aumento de vínculos de trabalho precários – com destaque para os contratos via CNPJ, um processo chamado de “pejotização”; 2) o aumento da carga

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de graduação do 6º semestre do Curso de Jornalismo da ECA-USP, e-mail: diogoleite@usp.br

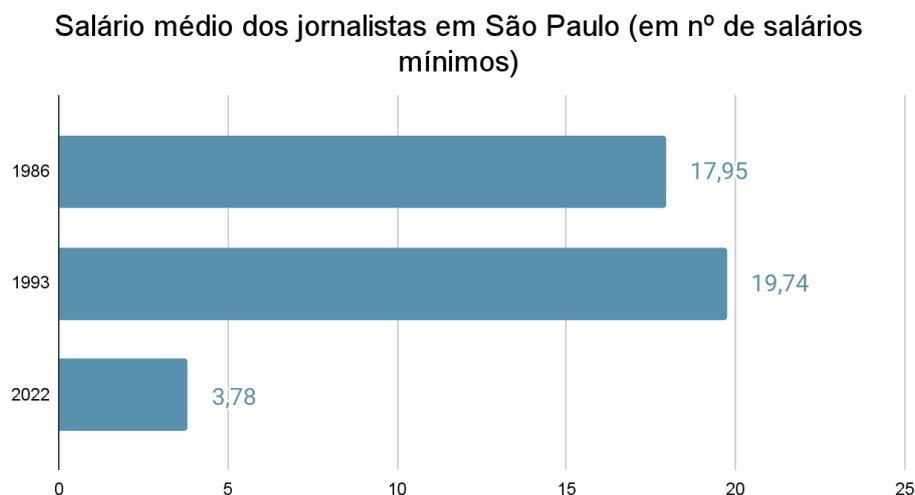
³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da ECA-USP, e-mail: vitor.blotta@uol.com.br

horária (percebido também por AUBERT-TARBY, ESCOBAR, RAYNA, 2018); 3) a diminuição dos salários (MELLADO-RUIZ & LAGOS, 2013); 4) o rejuvenescimento da profissão – com empresas preferindo profissionais menos experientes, que são mais baratos e considerados mais “flexíveis” (NICOLETTI, 2019, p. 32) – e 5) o acúmulo de mais funções por menos profissionais, algo que pode ser desdobrado analiticamente na diminuição da força de trabalho e no aumento do número de horas trabalhadas (NICOLETTI & THIBES, 2017, p. 3). Além disso, alguns apontam para 6) uma migração de jornalistas para as áreas de assessoria de imprensa e comunicação corporativa (é o caso de NEVEU, 2010, p. 34; LIMA et al., 2022, p. 21 e PEREIRA & ADGHIRNI, 2011).

Muitos desses estudos prévios, no entanto, não são quantitativos ou se baseiam apenas em *surveys*, o que gera um problema na generalização dos resultados da amostra (AUBERT-TARBY, ESCOBAR, RAYNA, 2018, p. 43).

Ainda assim, tendências como o aumento da carga horária, o acúmulo de funções e a diminuição salarial são recorrentemente detectados. A mais compreensiva dessas pesquisas, o *Perfil do Jornalista Brasileiro* (LIMA, 2022), mostra, por exemplo, que jornalistas acumulam, em média, 3,8 funções em um único emprego. Da mesma forma, um levantamento baseado em RIBEIRO (1997) e dados do CADE mostra que, em São Paulo, região com mais jornalistas no país (LIMA, 2022, p. 25), o salário médio caiu de quase 20 salários mínimos em 1993 para menos de 4 em 2022.

Gráfico 1 – Salários dos jornalistas em São Paulo



Fonte: RIBEIRO (1997), CADE, SINE; elaboração nossa.

O objetivo do presente estudo é realizar uma análise quantitativa ampla dos seis indicadores listados anteriormente, superando a limitação de representatividade da amostra encontrada em outros trabalhos. Para tanto, a pesquisa estudou a evolução dos indicadores na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), uma base de dados do Governo Federal alimentada com microdados fornecidos por empresas de todo o país sobre os vínculos de trabalho que elas mantêm com seus funcionários.

Nicoletti e Thibes (2017) também estudaram indicadores de precarização do trabalho dos jornalistas na RAIS, porém com menos tópicos de análise e um período de estudo mais limitado (2005 a 2015). Aqui, seguimos uma metodologia semelhante, mas com dados de 1985 a 2021, período que abarca toda a introdução das TICs no mercado jornalístico (RIBEIRO, 1997).

A seguir, o trabalho explicita seu desenho metodológico. Depois, segue para uma discussão dos resultados obtidos e para uma seção de conclusões, resumizando os principais achados e retomando pontos da literatura prévia abordados nesta introdução.

2- Materiais e métodos

A pesquisa coletou os dados da RAIS, disponíveis livremente em bases de dados online⁴, e os tratou com Python e R⁵. A espelho de Nicoletti e Thibes (2017), foram analisados dados de profissionais cuja Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) corresponde à família “Profissionais do Jornalismo”, que engloba as funções de jornalista, editor, repórter (exclusive rádio e televisão), assessor de imprensa, diretor de redação, produtor de texto, revisor de texto e arquivista pesquisador (jornalismo). “A escolha desta família específica se deve ao fato de ela conter ocupações que são formalmente consideradas funções da indústria jornalística, portanto, as jornadas e remunerações devem respeitar os acordos e leis estabelecidos para a categoria” (NICOLETTI & THIBES, 2017, p. 6).

Outliers, com medidas distantes mais de 1,5 vezes a amplitude inter-quartil dos quartis superior e inferior, foram removidos. Os dados foram agregados em medidas de frequência (no caso de número de assessores e vínculos precários – aqui entendidos como os vínculos classificados na base de dados como avulsos, temporários ou não

⁴ A base de dados está disponível em https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais?bdm_table=microdados_vinculos.

⁵ O código utilizado está disponível em <https://github.com/diogomleite/transformacaotrabalhोजornalistas>.

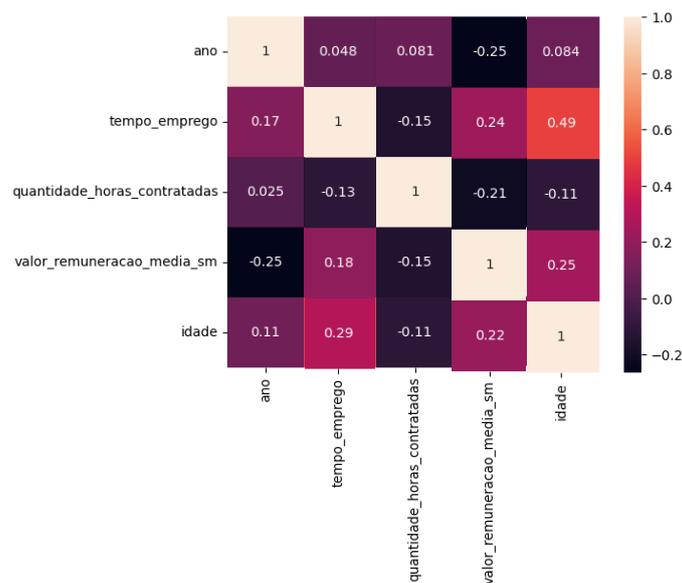
especificados) e pela média aritmética (nos demais indicadores). Depois, foram tratados e analisados graficamente e por meio de regressões lineares. A seguir estão as principais métricas da base de dados após o tratamento (tabela 1), e a matriz de correlação de Pearson entre suas variáveis (gráfico 2).

Tabela 1 – Medidas descritivas da base de dados

Index	Ano	Tempo no emprego	Horas contratadas	Remuneração (em sm)	Idade
Obs.	1315053.0	1074521.0	1178699.0	1211291.0	1166053.0
Média	2008.53	31.59	37.46	4.87	34.41
Desvio padrão	9.04	32.41	7.04	3.86	9.99
Mín.	1985.0	0.0	9.0	0.0	10.0
25%	2004.0	7.3	30.0	1.86	27.0
50%	2010.0	19.8	40.0	3.67	32.0
75%	2015.0	45.6	44.0	6.8	41.0
Máx.	2021.0	140.1	60.0	17.3	62.0

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017); elaboração nossa.

Gráfico 2 – Matriz de correlação

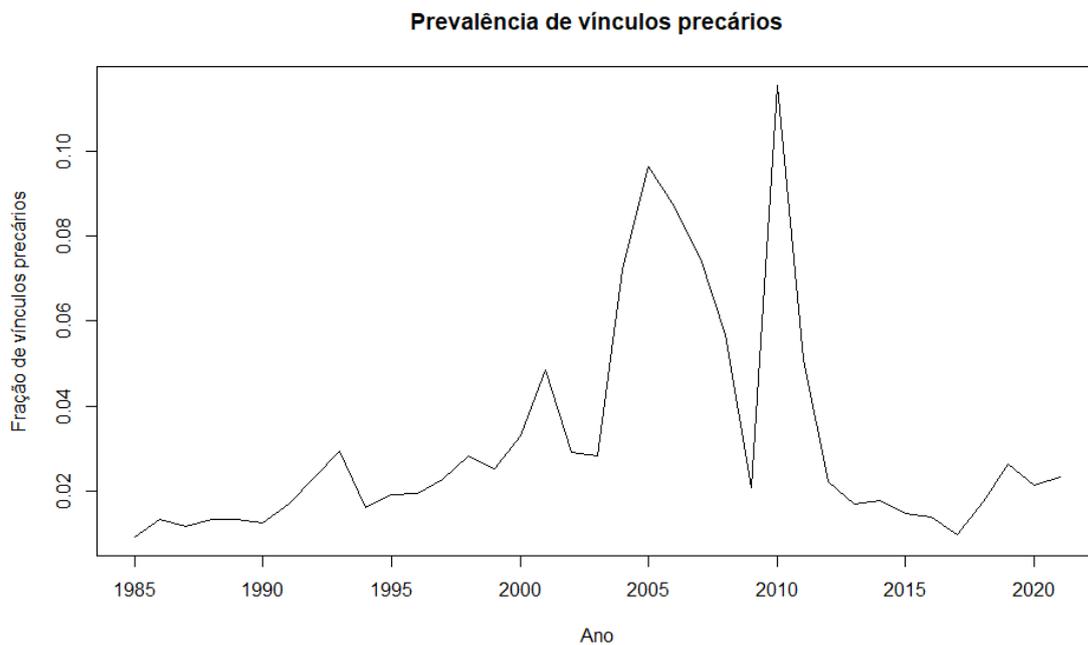


Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2017); elaboração nossa.

3- Resultados

O aumento da prevalência de vínculos precários é claro entre 1985 e 2010 (p-valor $\ll 0,01$, $R^2 = 0,67$, coeficiente = 218), mas recentemente, entre 2010 e 2021, a tendência passou a ser de queda (p-valor = 0,06, $R^2 = 0,31$, coeficiente = -68,54).

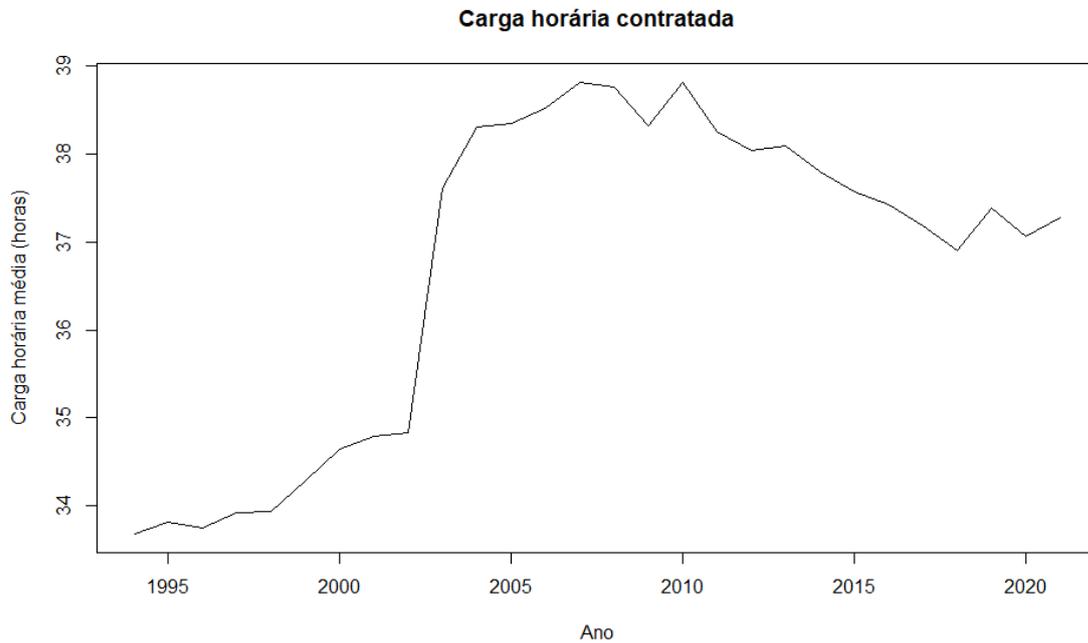
Gráfico 3 – Vínculos de trabalho precários (normalizado)



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

O aumento da carga horária também ocorreu (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,87$, coeficiente = 2,1), mas a tendência na última década é de queda (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,81$, coeficiente = -5,79). Ainda assim, a carga horária média permanece acima das 36 horas semanais regulamentares (BRASIL, 1943).

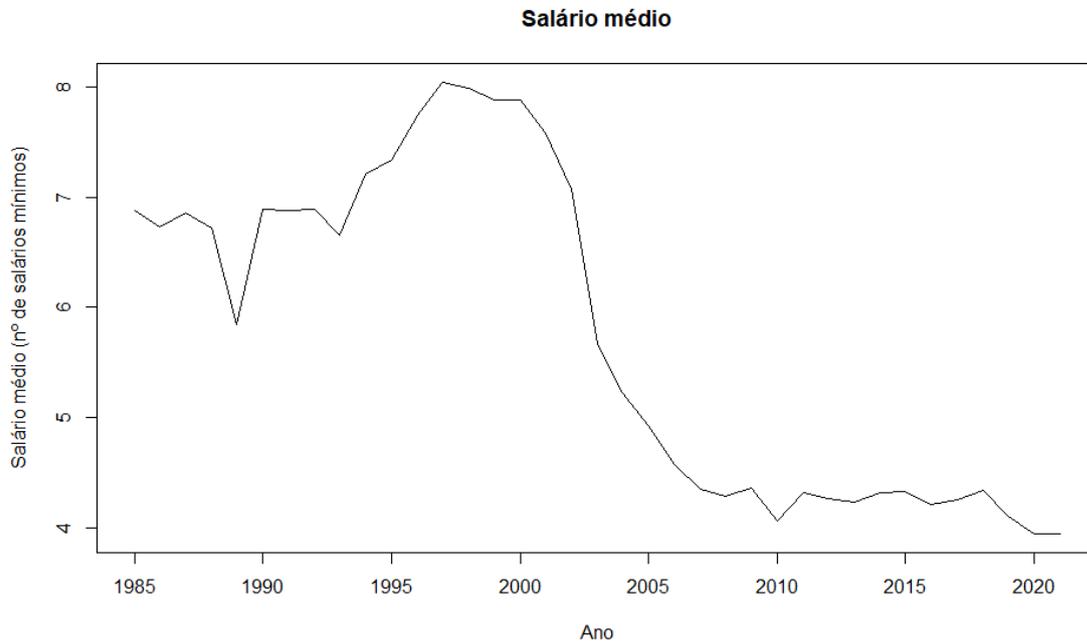
Gráfico 4 – Evolução da carga horária



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

A diminuição dos salários, normalizados temporalmente pela indexação ao salário mínimo, é o evento mais evidente, e segue ocorrendo até o ano de 2021, último analisado (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,65$, coeficiente = $-5,87$), o que pode apontar para sua continuidade ainda em 2023. Cabe ressaltar a presença de um pico em 2010, o que indica uma leve reversão da tendência em alguns dos anos que se seguiram.

Gráfico 5 – Evolução do salário médio

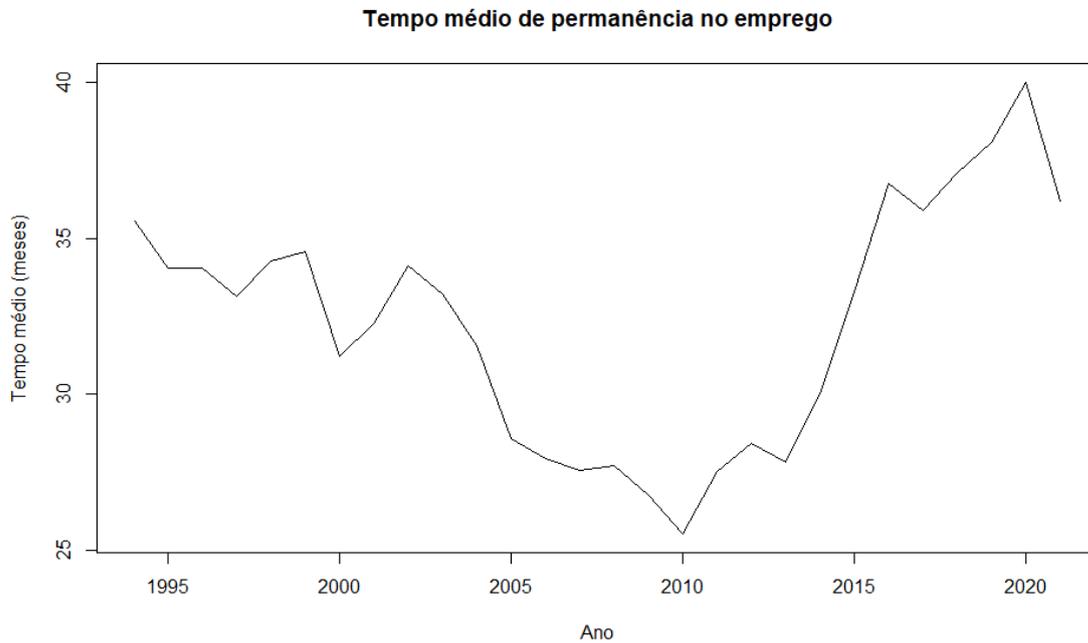


Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

O “rejuvenescimento” da profissão também aconteceu. No entanto, embora o tempo médio de permanência na mesma empresa caia entre 1994 e 2010 (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,83$, coeficiente = -1,42), ele volta a subir entre 2010 e 2021 (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,87$, coeficiente = 0,68). O segundo indicador de “rejuvenescimento”, a idade dos profissionais, tem comportamento parecido (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,68$, coeficiente = -7,47 entre 1994 e 2010 e p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,98$, coeficiente = 2,61 entre 2010 e 2021). Aqui, cabe destacar que ambos os indicadores só estão disponíveis na RAIS desde 1994. Ainda assim, o período analisado abarca a introdução das TICs no mercado.

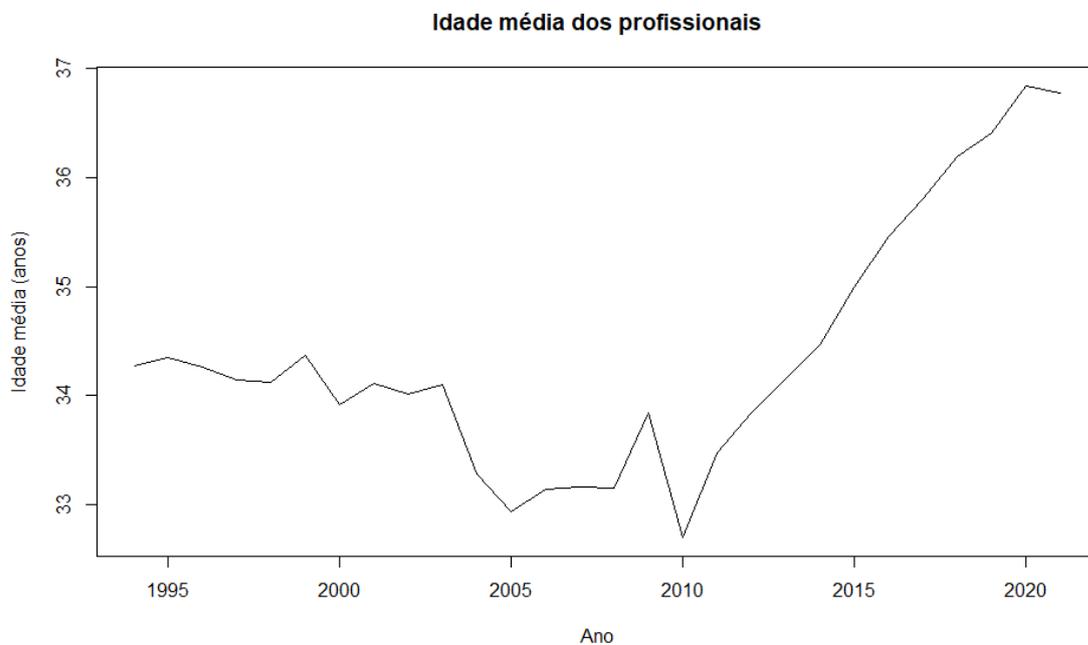
A correlação de Pearson entre ambos, de 0,49, não é negligenciável, e aponta para um movimento coordenado, como esperado segundo a revisão bibliográfica.

Gráfico 6 – Tempo de permanência do funcionário no emprego



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

Gráfico 7 – Idade média dos profissionais de jornalismo



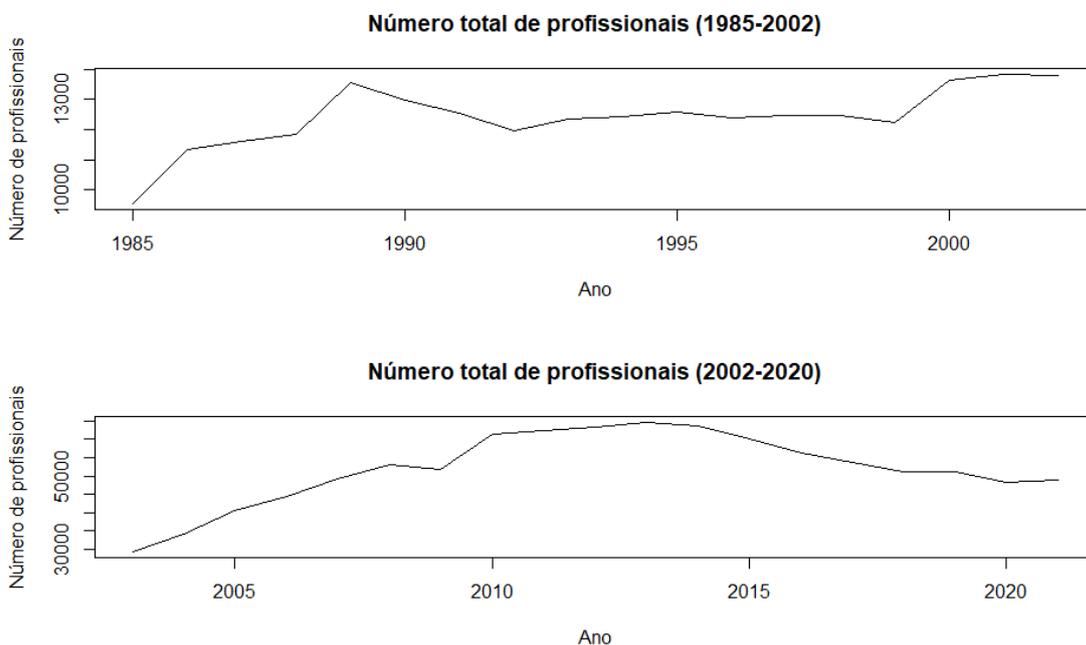
Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

O acúmulo de funções, que buscamos medir pela relação entre horas trabalhadas e o número de profissionais, não foi conclusivamente detectado. Embora a carga horária cresça entre 1985 e 2011, o número de profissionais também cresce em todo o período, e tem apenas uma leve queda entre 2013 e 2021 (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,97$, coeficiente = $-0,0003$). A correlação entre as duas medidas é baixa (0,02).

Contudo, em bases de dados com indicadores mais específicos, é bem possível que essa tendência de acúmulo de funções seja detectada, haja vista *surveys* e pesquisas qualitativas anteriores (FIGARO, 2014; NICOLETTI, 2018, 2019; NICOLETTI e THIBES, 2017; LIMA et al., 2022; LEVY & NIELSEN, 2010 e FIGARO & NONATO, 2017).

Cabe destacar que, devido a mudanças na CBO, o número de profissionais decresce entre 2002 e 2003. O caráter do evento, porém, separando claramente os valores pré e pós 2002, mostra que ele é reflexo apenas da mudança normativa.

Gráfico 8 – Evolução do número de profissionais no mercado de jornalismo

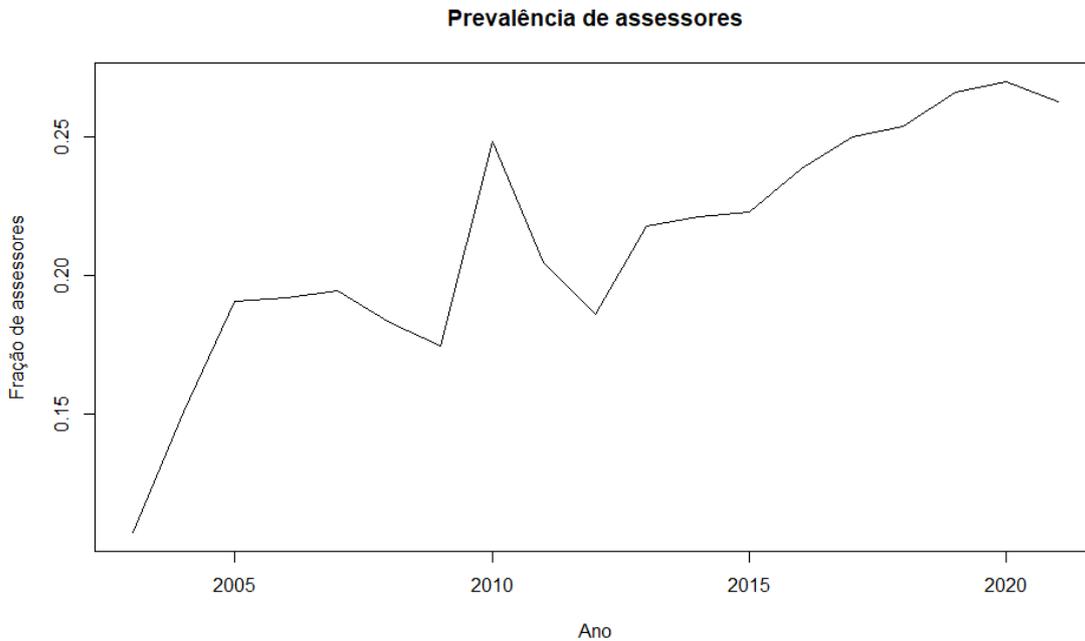


Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

A migração para a assessoria de imprensa, por sua vez, ficou evidente na análise dos dados de prevalência (p-valor $\ll 0,001$, $R^2 = 0,79$, coeficiente = 116,37), e não há

sinais de reversão permanente da tendência. Novamente, se nota um pico em 2010, o que indica uma reversão da migração em alguns dos anos seguintes (2011 e 2012).

Gráfico 9 – Evolução do número de assessores (normalizado)



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO (2022); elaboração nossa.

4- Conclusões

Uma ocorrência comum marcou as análises: várias tendências se revertem, ainda que provisoriamente, a partir de 2010, ano do fim da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo para exercício da profissão. Alguns estudos afirmam que essa medida democratiza o acesso à profissão (FIGARO, 2014), enquanto outros dizem que ela enfraquece a “organização corporativa” da categoria (CARVALHO & MESSAGI JR., 2014), deixando os profissionais mais desprotegidos quanto à precarização das condições de trabalho.

De modo geral, os dados mostram que a maioria dos empregos continuaram ocupados por bacharéis em Jornalismo (CARVALHO & MESSAGI JR., 2014 e MELO, 2017), e a relação entre essa mudança legal e os indicadores de precarização ainda não foi amplamente pesquisada. O que nossos resultados apontam é que, entre profissionais com vínculos empregatícios de pessoa física, a mudança foi positiva, pois reverteu

tendências de precarização do trabalho. É importante ressaltar, no entanto, que, mesmo com as tendências de “recuperação” apresentadas por muitos indicadores, apenas a idade e o tempo no emprego se encontram hoje em patamares considerados melhores do que os do século XX, antes da introdução das TICs no mercado.

Há também uma ressalva quanto à RAIS: muitos dos fenômenos analisados, segundo a revisão bibliográfica, se manifestam especialmente entre jornalistas contratados como *freelancers*, com vínculos de CNPJ. Esses profissionais não são contabilizados pela base de dados, de modo que estudos futuros com informações sobre eles poderão delinear ainda melhor as tendências atuais do mercado. É possível, por exemplo, que tendências que estão sendo revertidas entre profissionais mapeados pela RAIS estejam se intensificando entre *freelancers*. Uma leitura adequada dos resultados apresentados seria a de que, se entre profissionais com vínculos de trabalho formais, contabilizados aqui, as tendências de precarização já são claras, a situação entre os demais tende a ser ainda pior.

Também merece destaque o comportamento da média salarial, que não deu sinais de recuperação desde o final dos anos 1990. Essa parece ser a tendência mais marcante na precarização do trabalho jornalístico no país.

Para além do bem-estar dos jornalistas (REIMBERG, 2013), as transformações mapeadas aqui impactam diretamente a qualidade da produção noticiosa ao precarizarem as rotinas produtivas do jornalismo (NICOLETTI, 2019). Em última instância, elas prejudicam a manutenção da democracia, que se baseia no direito à informação que o jornalismo de qualidade garante aos cidadãos (LEVY & NIELSEN, 2010).

A partir deste estudo introdutório, será possível orientar estudos quantitativos mais aprofundados, necessários nesta área. Essa pesquisa também contribui para o embasamento de novas investigações qualitativas sobre o tema, levantando novas questões, como a possível relação entre o fim da obrigatoriedade do diploma e a reversão de tendências de precarização do trabalho jornalístico. Por hora, uma frase de um jornalista coletada pelo *Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021* (LIMA, 2022) serve bem para elucidar o que foi verificado aqui: “A categoria foi muito maltratada pelas transformações que sofreu nos últimos 20 anos. A maioria dos empresários e gestores lidaram com elas precarizando a profissão, e faltou quem usasse a disrupção para construir modelos de negócio que valorizassem o papel do jornalista.” (p. 197).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

AUBERT-TARBY, Clémence, ESCOBAR, Octavio R., RAYNA, Thierry. “The impact of technological change on employment: The case of press digitization”. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 128, p. 36–45, 2018.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**: Decreto-lei nº 5.452. Brasília: 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 18 de dez. de 2022.

BERGAMO, Alexandre, MICK, Jacques (coord.), LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012): Síntese dos principais resultados. Disponível em: <<http://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

CARVALHO, Guilherme, MESSAGI JR., Mário. “Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional?” **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, ago-dez de 2014, p.55-72.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto, PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa, SILVA, Vinícius Pedreira Barbosa da, BELTRAME, Vanessa, DAVID, Hadassa Ester. “Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo: Reflexões sobre Tendências Teóricas”. **Impactum**, Universidade de Coimbra, Coimbra, n. 5, mai. de 2019, p. 39-49.

FIGARO, Roseli. “Jornalimos e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI”. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, jul-dez de 2014, p. 23-37.

FIGARO, Roseli, NONATO, Cláudia. “Novos ‘Arranjos Econômicos’ Alternativos para a Produção Jornalística”. **Contemporanea | comunicação e cultura**, v. 15, n. 01, jan-abr de 2017, p. 47-63.

KOSHIYAMA, Alice Mítika. “A arte de ser mulher: interrogações sobre o assassinato de Sandra Gomide”. 2004, **Anais**. Campinas: ANPUH/UNICAMP, 2004. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/acervo/acervo-local/producao-academica/001430905.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. “The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy”. In: _____. (org.). **The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 3-16.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral) *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume. “O jornalista brasileiro e o trabalho com as TICS: Uma análise sobre as transformações no perfil profissional” In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15, 2017, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2017.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume. **O jornalista brasileiro: análise das competências em um contexto de mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação**. 2014. 346 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação): Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MELLADO-RUIZ, Claudia, LAGOS, Claudia. “Características y factores condicionantes de la situación salarial de los periodistas en Chile”. **Palabra Clave**, v. 16, n.2, ago. de 2013, p. 520-540.

MELO, Gabriela Pereira. “A Inexigibilidade do Diploma de Jornalista Refletida no Mercado de Trabalho Online da Capital Tocantinense”. **Aturá: Revista Pan-amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 2, mai-ago de 2017, p. 204-218.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=43LGV4gLu7MQtQ4CNvsZULWJ.slave16:mte-cbo>>. Acesso em 17 de dez. de 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. 30 de jan. de 2017. Disponível em: <<http://obtrabalho.mte.gov.br/index.php/component/content/article?id=1206>>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS [Data set]. Disponível em: <https://basedosdados.org/dataset/br-me-rais?bdm_table=microdados_vinculos>. Acesso em 19 de dez. de 2022.

NEGRI, João Alberto de, CASTRO, Paulo Furtado de, SOUZA, Natalia Ribeiro de, ARBACHE, Jorge Saba. **Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD**. Brasília: IPEA, nov. de 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2155>>. Acesso em 21 de dez. de 2022.

NEVEU, Erik. “As Notícias sem Jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?”. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, p. 29-57, 2010.

NICOLETTI, Janara. “Apontamentos sobre precarização e qualidade no jornalismo em um contexto de transformação do mundo do trabalho”. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 16, 2018, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2018.

NICOLETTI, Janara, THIBES, André. “Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho”. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 15, 2017, São Paulo. São Paulo: SBPJOR, 2017.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise**. 2019. 298 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

PEREIRA, Fábio Henrique, ADGHIRNI, Zélia Leal. “O Jornalismo em Tempo de Mudanças Estruturais”. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan.-jun. de 2011.

PONTES, Felipe Simão. “Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras”. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 20, n. 1, jan./abr. 2017.

PORTO, Mauro P. “The Changing Landscape of Brazil’s News Media”. *In*: LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. (org.). **The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 107-124.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. “Quando o trabalho do jornalista é cenário para o assédio moral”. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38, 2013, Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2013.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997**. São Paulo, Imprensa Oficial, 1997.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pisos**. Disponível em: <<https://www.sjsp.org.br/pagina/pisos>>. Acesso em 21 de dez. de 2022.

STEENSEN, S. “The shaping of an online feature journalist”. **Journalism**, v. 10, n. 5, 2009, p. 702-718.

WUNSCH-VINCENT, Sacha. “Online News: Recent Developments, New Business Models and Future Prospects”. *In*: LEVY, David A. L., NIELSEN, Rasmus Kleis. (org.). **The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010. p. 25-37.